



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
6ª GESTÃO

5 Data da Reunião: **23 de fevereiro de 2017**

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

10 Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano 2017, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público**: Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Gilmar Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marlene F. da Silva Miamoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urb. e Licenciamento); Regina Helena Nader (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urbanismo e Licenciamento); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Luiz Antônio Carvalho Pacheco (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Alex Sandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Sucupira Gomes (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Mariana Brito (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Carlos M. Kiyomoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Trab. e Empreendedorismo); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP) e Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trab. Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto Zona Oeste); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia Região Sudeste); Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Populares/Assoc. de Mor. Parque Otero); Uranide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); João B. da Costa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Ana Maria Carneiro Procópio (Cons. Movimentos Populares/MAC) e Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Paula F. Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Fabiana Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Márcio Jeda Chéde (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP); Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA). **Ausentes os (as) Conselheiros (as)**: José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Vladimir Ávila (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF); Luciano; Teixeira (Conselheiro Poder Público/SF); Luís Octavio da Silva (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheira Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Fernando Arevalillo Llata (Cons. Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Cons. Poder Público/CEF); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. Mor. Conj. Hab. 26 de Julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto da Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop./Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./Mov. Def. Favelado Reg. Episcopal Belém); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Def. e Orient. ao Cons. Cont. de SP); Marisete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mutirões de SP); Rogevaldo R. Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Carine Mie Saito (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Laísa Eleonora Marostica Sthoher (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Alfredo Vieira da Cunha

(Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc. Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Carolina Rafaella Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP) e Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP). **Justificaram as ausências os (as) senhores (as):** Cristiane Genofre Zabatiere (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Trab. e Empr.); Ronaldo Cury de Capua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP) e Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP). **Presentes os convidados (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Cristina Pimenta (COHAB) e José Eduardo Vilella (COHAB). Outras dezenove pessoas assinaram a lista de presença. **Pauta da reunião:** 1) Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 13/12/2016; 2) Apresentação do Orçamento do FMH para 2017, conforme aprovado pela Câmara de Vereadores do Município de São Paulo; 3) Apresentação do Plano de Investimentos realizado do FMH em 2016, versus as previsões de 2016, e 4) Solicitação de Voto CMH nº10/2017 – 6ª Gestão – Aprovação do Plano de Aplicação de Recursos para o FMH em 2017. O Sr. Gilmar dá início aos trabalhos. É aprovado o **Item 1** da pauta, Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão, bem como a inversão de pauta, para que o Item 3 passe a ser o Item 2 da pauta, e é feita a apresentação, pelo Sr. Eduardo Vilella e pela Sra. Cristina Pimenta, do **Item 2**, Plano de Investimentos realizado do FMH em 2016, versus as previsões de 2016, e do **Item 3**, Orçamento do FMH para 2017, conforme aprovado pela Câmara de Vereadores do Município de São Paulo. **Sr. Rosalvo** - Seria bom recebermos o material apresentado antes de o vermos em nossa reunião do Conselho Municipal de Habitação. No material que recebi não tenho o plano tal qual estou vendo aqui. **Sra. Ana Maria** - O conteúdo do material que foi distribuído a todos os conselheiros é o mesmo. Só a forma de apresentação é que está em uma forma mais didática. **Sr. Gilmar** - Fica registrado o pedido. A Sra. Cristina Pimenta passa a apresentar o item da Pauta que trata do Plano de Investimento Realizado do FMH de 2016. **Sr. Rosalvo** - A segurança é para cuidar de áreas de propriedade do Fundo? **Sra. Cristina** - É para cuidar de áreas de propriedade do Fundo, de terrenos. Os terrenos têm ronda móvel, que é uma ronda mais cara. Os prédios têm os postos fixos. E nos prédios de Locação Social temos seguranças no lugar de porteiros, porque há muito problema. Dá muita divergência. Então, para manter a segurança dos moradores, ao invés de porteiros, há segurança lá. Eles acabam resolvendo conflitos, evitando alguns vandalismos. **Sr. Edson** - Nesse serviço de vigilância, são recursos que poderiam ser utilizados no sistema de habitação e estão sendo utilizados para segurança? **Sra. Cristina** - Sim. **Sr. Edson** - No item obras e instalações, R\$9.654 milhões, e depois, em aquisições de imóveis e desapropriação, essas obras e instalações se referem a essas desapropriações? **Sra. Cristina** - Não. Essas obras e instalações são reformas e manutenções dos imóveis que já estão no estoque do FMH. Do que foi desapropriado, nenhuma reforma foi feita ainda, nenhuma adaptação foi feita. Estamos trabalhando com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em um convênio, para começarmos as reformas. **Sr. Edson** - No orçamento de 2017 não se previu o recurso para reforma dessas áreas que foram desapropriadas, desses terrenos ou prédios? **Sra. Cristina** - Foram solicitados, mas não foram aprovados. Estamos dependendo de alguns convênios e de recursos externos. **Sra. Nilda** - O que vai sobrar de recursos para a produção de moradia popular? A luta dos conselheiros é por um Fundo Municipal de Habitação para construir moradia. Não é intenção dos conselheiros virmos para cá e fazermos o controle dos gastos que a COHAB tem no seu dia a dia, dos reparos que a COHAB faz, dos empreendimentos que já estão construídos e precisam de reparos, de Auxílio Aluguel. Há recursos de outro lugar para a COHAB destinar seus pagamentos de tantos itens, que não é Fundo Municipal de Habitação. O que entendo de Fundo Municipal de Habitação, desde sua criação, é que foi criado para produção de moradia popular e estou vendo que não sobrou nenhum centavo para produzir moradia. **Sr. Rosalvo** - O que está sendo analisado aqui é o que foi executado em 2016. E foi aprovado naquele Conselho. Sempre fiz questão de registrar que sou contra que o Fundo ou qualquer recurso público fique reformando eternamente empreendimentos que são entregues, como, por exemplo, o Parque do Gato. Quero fazer essa discussão quando formos discutir o orçamento deste ano. Foram passadas umas escrituras que vemos R\$500 mil de ITBI. E era uma transmissão desnecessária! Porque vai ser feita para habitação e poderia passar diretamente da COHAB para a Caixa, mas passa primeiro aqui, paga essa taxa e depois vai lá. Vamos discutir isso na hora que formos discutir o orçamento. **Sra. Verônica** - Acho que tinham que existir algumas coisas mais dinâmicas, o que se gastou no ano passado e o que não se gastou e o que há de recursos para este ano e em que vai se gastar o orçamento neste ano. A questão de reforma do Parque do Gato, Rua das Olarias, há que se discutir uma questão de uma secretaria de Locação Social, que possa administrar, e os condomínios têm que ser diferenciados. Porque vão aumentando cada vez mais as despesas do Fundo Municipal. E não se constrói moradia. Quero propor que mudemos o sistema da prestação de contas para que fique mais prático, melhor para entendermos, para sabermos o que vai reformar e o que vai construir. Segurança tem que ser pago; as coisas que a COHAB assumiu, o Fundo, têm que ser pagas. Queremos saber o que vamos fazer, se vai sobrar dinheiro, se não vai. **Sr. Gilmar** - Fica pontuada a observação da Sra. Verônica. Na próxima reunião executiva, vamos abordá-la. **Sra. Cristina** - Com referência à manutenção dos prédios de Locação Social, estamos cumprindo o que está disposto nas resoluções do Programa Locação Social. Os conselheiros têm todo o poder de mudar as resoluções para que o recurso seja utilizado para disponibilidade de novas unidades habitacionais. Estamos criando a Gerência de Locação Social na Diretoria Técnica justamente para trabalhar melhor a situação. E o programa hoje é insustentável. Está nas mãos dos conselheiros mudar daqui para frente a história desse programa. **Sr. Rosalvo** - Como acontece essa arrecadação própria do Fundo? O que é isso? **Sra. Cristina** - É a carteira. São os TPUs, são as prestações que os mutuários pagam, e arrecadação da outorga onerosa. **Sr. Fernando** - Outorga onerosa, há uma previsão este ano de fazer uma nova captação em algumas operações urbanas, algumas que serão propostas na câmara e outras que serão revistas. Ainda pode ser que esse número melhore se tivermos sucesso na captação dessas novas outorgas. **Sr. Edson** - 75% da inadimplência na COHAB são de pessoas que devem de 50 a 100 prestações. Vamos fazer um forte esforço para recuperar a carteira da COHAB, evidentemente, procurando fazer com que esse recurso se recupere para que seja investido na habitação. **Sra. Cristina** - Com referência à recuperação de crédito também, não havia nas resoluções do FMH previsão para flexibilizar essa negociação. Trouxemos no ano passado também uma proposta de voto, aprovada pelo Conselho, para

poder intensificar essa recuperação de crédito da carteira. R\$1.830 milhão está previsto para pagamento de impostos. Como o Fundo não é público não somos isentos de impostos. Sobre toda a arrecadação do Fundo, sobre todo recurso financeiro, sobre toda receita financeira que ele tem, incidem impostos. Estamos trabalhando, inclusive, com a Associação Brasileira de COHABs, ABC, e fizemos diversos trabalhos com eles de propor um projeto de lei para que as COHABs sejam isentas de impostos e, paralelo a isso, entramos com um processo também de pedido de imunidade tributária para reduzir essa carga tributária, porque R\$1.830 milhão, que estamos pagando em impostos, poderíamos estar investindo em habitação. **Sr. Edson** - Estamos mandando um projeto de lei para a câmara municipal para que a COHAB seja isenta de pagamento de IPTU na cidade. O CDHU, as suas propriedades são isentas na cidade, e a COHAB não é. **Sr. Manoel** - Quantos empreendimentos existem fora o Jacaraípe em que a COHAB assume a conta de água e luz? **Sra. Cristina** - Tirando Vila dos Idosos, que é o único Locação Social que se auto sustenta, pagamos água e luz de todos os outros. Os alojamentos, existe o alojamento do Jacaraípe, o São Carlos, o Celso Garcia, que está invadido e pagamos também. **Sr. Edson** - Vamos fazer um trabalho imediato agora de individualização das ligações de água, para que a COHAB não tenha que pagar. O cidadão mora e ele paga pela sua conta de água e pela sua conta de luz. E o dinheiro que estamos usando nisso, vamos usar na habitação popular. **Sr. Márcio** - Se fossem os R\$35 milhões para aplicar em novas construções de unidades habitacionais, já acharia baixo. Mas R\$35 milhões é a arrecadação total. E vai destinar para as unidades habitacionais R\$3.5 milhões. Mas isso veio da administração anterior. Foram eles que definiram isso. Sinceramente, não dá para fazer nada! Nem sei por que se reúne tanta gente assim se vão aplicar R\$3.5 milhões em construção de unidades. Acho que seria trabalho dos senhores tentar, de qualquer maneira, aumentar esses recursos. Não sei se é possível. Aplicar R\$3.5 milhões em construção de novas unidades habitacionais é nada! **Sra. Verônica** - Estou fazendo uma obra no centro que só a obra custa R\$33 milhões. Secretário e Presidente da COHAB, o que vamos fazer com R\$3.5 milhões? Vamos ter que sentar, junto com os senhores, nos debruçarmos, e este Conselho tem que mudar. **Sr. Rosalvo** - Temos uma situação aqui de fato consumado e é uma coisa de terra arrasada. Temos aqui uma série de editais de chamamentos que têm uma conta enorme a ser paga de desapropriações. Por exemplo, eu, a Carmen, temos uma arezinha no Forte do Rio Branco, temos decreto para Cruz do Espírito Santo, e são contados aos milhões. E aqui não há nada. O que proponho é que o Conselho, junto com a administração, busque alternativas, inclusive, de mudar essa disposição toda aqui. Lá atrás eu dizia que era contrário à que a COHAB ficasse eternamente, de modo absolutamente paternalista, atendendo a esses conjuntos que entregaram há dez, quinze, vinte anos, voltando lá para fazer manutenção e assim por diante. Para nós aqui, absolutamente, com esse orçamento não dá para trabalhar do jeito que ele está posto. É fazer de conta e temos aqui desafios enormes pela frente. Claro que esses chamamentos foram feitos pensando que o Governo do Estado coloca R\$20 mil por unidade a fundo perdido e o Governo Federal coloca a maior parte lá para fazer as unidades do Minha Casa Minha Vida – Entidades, onde de subsídios são R\$90 mil, 90% são de subsídio. São casas que são doadas à população de baixa renda, mas aí se doa a casa e se assume aquela família para ficar eternamente fazendo esse tipo de atendimento aqui, que é absolutamente improdutivo, irracional. **Sra. Nilda** – Nós, conselheiros, fomos à câmara dos vereadores e batemos de porta em porta com um documento em mãos e protocolamos, pedindo dinheiro para a Habitação. Todos os movimentos de moradia assinaram um documento e protocolaram para os vereadores. Temos uma câmara de vereadores que tem interesses próprios acima dos interesses da população! **Sr. Caio** – O Fundo Municipal de Habitação não é um recurso reservado para construção de unidades. É óbvio que vemos esses números e percebemos que são pequenos, irrisórios para o tamanho da cidade e para o tamanho dos problemas habitacionais que temos. O Programa de Locação Social é um patrimônio da COHAB, do Fundo. Pagar a conta de água e de energia, fazer manutenção no Parque do Gato, no Olarias, é uma responsabilidade da COHAB; é um patrimônio da prefeitura. É um Programa de Locação Social. A ideia de que os recursos são exclusivamente para construir desvia um pouco, quer dizer, reduz a política habitacional a só construção. A política habitacional na Cidade de São Paulo não pode só depender do recurso da prefeitura. É uma associação de vários recursos. Temos que olhar o nosso papel aqui e a política habitacional e a política do Fundo Municipal de uma maneira mais ampla porque não é exclusiva para a construção de unidades. **Sra. Mariza** - Sabemos que há milhares de famílias que ou dependem do Parceria, ou dependem do Locação. Defendemos que todas as famílias tenham moradia digna. Vamos ter que tentar fazer com que, daqui até o final do ano e para o ano que vem, haja mais recursos para a Habitação. Se não há recursos para a Habitação como o necessário, como a COHAB pode buscar parceiros para aumentar o caixa? Temos que avançar nas pautas, mas temos que avançar principalmente nas políticas e fazer um trabalho social com todas as famílias que vão morar nos empreendimentos. Temos que pensar nisso porque há famílias que vão morar nos empreendimentos e estão saindo de alguns lugares e não foram preparadas. Temos que parar de ter programas de exclusão e pensar nos programas de inclusão social e incluir todas as pessoas que precisam morar dignamente. **Sr. Nestor** - Os conselheiros têm que se reunir, fazer uma reunião, criar uma proposta e que a prefeitura respeite um pouco essa proposta. Do jeito que está aparecendo aí não vai haver moradia para ninguém porque não há orçamento. Não há dinheiro! Somos um grupo de nove conselheiros e vamos com outros conselheiros de outras correntes discutir essas questões. Peço que ouçam esses companheiros e que deem uma solução para essa situação de moradia na Cidade de São Paulo. **Sr. Rosalvo** - Apresentei um programa onde propomos a revitalização do centro, trazendo para morar no centro uma população que vive hoje de aluguel na periferia, gente que paga R\$2 mil, R\$1.5 mil de aluguel. E essas pessoas teriam sim condições de revitalizar o centro. Um programa de revitalização do centro não pode expulsar do centro os pobres que aqui já estão, os que moram por aqui. Agora, não podemos criar um programa que fique trazendo da periferia para o centro todos os clientes dos programas sociais do governo, que, se o governo não der uma Bolsa Família, ele não consegue comer; se não der o aluguel para ele, ele não consegue morar, e assim por diante. O programa de habitação que defendemos é uma ajuda para que as famílias consigam ficar em pé em cima das próprias pernas e comecem a caminhar e não que assumamos e criemos uma relação paternalista. **Sra. Fabiana** - A equipe que está assumindo agora teria que verificar os empreendimentos em que está faltando pouquinho para serem entregues, porque havia empreendimento que estava para entregar agora, em março. Não sei se vai entregar, se vai conseguir cumprir com as entregas de março, abril. Mas são recursos que, ao se entregarem os empreendimentos, já saem da questão do segurança, porque já entram as famílias e se evita esse valor do segurança.

Essas famílias saem do Auxílio Aluguel porque parte delas estão no Auxílio Aluguel. Com esse escasso recurso, acho que seria interessante verificar e tentar priorizar esses empreendimentos que estão praticamente na porta para conclusão e entrega, porque acaba-se reduzindo o custo com alguns itens que estão ali e, de repente, esse recurso que não é gasto pode ser transferido para novos empreendimentos e novas unidades. E gostaria da informação da questão do saldo do Fundo. **Sr. Gilmar** - Em outro momento seria importante explicarmos essa questão orçamentária, a previsão orçamentária, realmente o que é executado, o que é liquidado, o que fica restos a pagar. **Item 4** da pauta. Solicitação de Voto CMH nº10/2017 – 6ª Gestão. (O Sr. Eduardo Vilella faz a apresentação do Item 4 e é aprovado por unanimidade) **Sr. Fernando** - Temos, além deste fórum para discutir a questão de políticas habitacionais o Plano Municipal de Habitação, que foi para a câmara, e que é um ambiente que devemos aproveitar, todos que estão aqui, para discutir e aperfeiçoar o documento que foi colocado. Com relação a recursos que estamos aqui discutindo se R\$3 milhões são muito ou pouco, o Fundo é um pequeno valor dos recursos que estão disponibilizados no orçamento, na própria COHAB e na SEHAB também, para a produção de unidades habitacionais. E não é só para a produção de unidades habitacionais. Ele tem outras atividades. Especificamente, com relação ao Locação Social, estamos debruçados sobre esse modelo. Houve já uma discussão bastante forte na gestão anterior e também estamos debruçados para aperfeiçoar e propor um ou dois modelos para continuar com isso, e há sim um público bastante específico que é cliente de Locação Social. Os idosos são um caso mais específico, mas há outros também que poderão ser atendidos por esse modelo e que achamos que deve se investir. Não é o único modelo, mas é um dos modelos de atendimento dentro dessa cesta que achamos importante. Então, há recursos em outros locais. E hoje isso não é uma exclusividade do Município de São Paulo. Hoje todos os municípios praticamente dependem de financiamento do Governo Federal para produção de unidades habitacionais. Se ficarmos focados no nosso orçamento único e exclusivamente, vamos fazer um número de unidades insignificante frente ao déficit do Município de São Paulo. A média de atendimento nacional do déficit pelo Minha Casa Minha Vida chegou a ser 40%, média nacional dos municípios de atendimento do déficit. São Paulo, no Minha Casa Minha Vida, conseguiu 1,2% de atendimento através desse programa, o que é insignificante. Esse foi o argumento utilizado por nós para um pedido de prioridade para o Município de São Paulo. A política adotada na administração anterior com relação à aquisição de terrenos está correta, porque, se não existirem terrenos em São Paulo, não conseguiremos viabilizar empreendimentos habitacionais pelo custo. No enquadramento do valor do Minha Casa Minha Vida, para a produção de unidades habitacionais, se não colocarmos o terreno, é inviável. E para isso contamos não só com o Governo Federal, como, também, com a CDHU, através do Casa Paulista, que foi uma maneira de o Governo do Estado ajudar e tentar viabilizar unidades. Todo o foco dessa gestão, num primeiro momento, é na questão de provisão, além de outros modelos que teremos oportunidade de discutir, que são PPPs e outros modelos também, que são modelos complementares. Não é um modelo principal, mas a tese é investir e conseguir recursos do Governo Federal, especialmente, para tentar fortalecer o Faixa 1, que é a única maneira de conseguirmos um número razoável. Sobre o que foi colocado pela Sra. Fabiana, o que a COHAB e a SEHAB fizeram nos primeiros cinquenta dias em que estamos aqui foi justamente tentar fazer um mapa bastante claro e objetivo em cima do que está em produção, do que está em licenciamento, do que está com algum problema, áreas ocupadas, empreendimentos que estavam em fase final de obra e que foram ocupados. Nossa prioridade é terminar o que já foi começado, e que está com algum problema, para priorizar recursos. A manutenção, a vigilância e outros custos advindos da falta de eficiência nossa de começar e terminar uma obra consomem recursos importantes. E, por último, com relação ao valor do Fundo deste ano, se diminuíu muito a arrecadação. De fato, este ano, temos menos recursos para Habitação, para a Saúde, para a Educação. As portas da secretaria estão abertas para discutirmos qualquer questão que seja relevante para os senhores, dentro de nossos limites orçamentários. **Sra. Verônica** - Secretário de Habitação e Presidente da COHAB, o que nós, Movimento, vamos fazer com as licitações do terreno que ganhamos lá, atrás, das antigas licitações? Nós, entidades, estamos apreensivos, estamos com segurança dentro e queremos saber qual rumo vamos tomar. **Sr. Fernando** - Essa é uma preocupação nossa e estamos discutindo bastante com o Ministério das Cidades essa questão. Aqui, na última gestão, especialmente, houve um número grande de aquisições de áreas vinculando através de chamamento com movimentos. O que aconteceu nos últimos anos? O FDS especialmente não contratou quase nada. FDS e FAR Faixa 1 não contrataram quase nada. Estamos com um problema nas mãos que é o número muito grande de áreas vinculadas a empreendimentos que vão ser viabilizados via FDS, lembrando que o município não tem condições de fazer isso com orçamento próprio. É impossível fazer um número de unidades desses com orçamento próprio. E a discussão como Ministério das Cidades, na mesma maneira que o FAR Faixa 1, é vincular o número de unidades mínimo de FDS, para 2017 e 2018, que é uma gestão que termina em 2018, para podermos pelo menos atender os empreendimentos que estão com processo já todo encaminhado, todo montado, de vínculo de áreas com movimentos. E podem ser movimentos. Há vários vínculos. Vamos tentar viabilizar essas unidades que estão comprometidas. E aí uma ressalva: isso é uma preocupação nossa, de maneira geral, e imagino que seja dos senhores também, que é a nítida mudança, alteração, no perfil do financiamento, da disponibilidade de recursos no Governo Federal. Claramente - me parece que é uma política que está vindo para ficar - é o investimento na Faixa 1,5. Então, estamos discutindo bastante também como a prefeitura e o Estado - porque essa discussão não é só da prefeitura, mas junto com o Governo do Estado de São Paulo, com a Secretaria de Habitação do Estado e com a CDHU - como tentar entrar na Faixa 1,5 e trazer para atender a nossa demanda. Achamos que é necessário estudarmos um modelo para isso. Senão, corremos o risco de não conseguirmos viabilizar o número de unidades suficientes na Faixa 1, no FAR e no FDS. É uma prioridade porque temos terreno comprado. **Sra. Antônia** - Sugiro que criemos um grupo de trabalho para acompanhar toda essa movimentação em relação ao que é discutido no Conselho Municipal de Habitação, na moradia de inclusão, na moradia de interesse social. E sentarmos e conversarmos. Antes de uma reunião destas, por exemplo, esse grupo senta, tenta avaliar o que é positivo, o que não é, e a discussão aqui se torna melhor, mais produtiva também. Outra coisa que quero colocar aqui é que estava vendo aqui as indicações do FUNDURB, da compra de imóveis, e existe uma situação muito perigosa acontecendo nesse momento, em relação a uma ocupação de sete anos, oitenta e uma famílias que estão para ser despejadas agora, dia 1º, do Hotel Colômbia Palace. Esse prédio entrou no chamamento de entidades. A associação passou e ganhou esse prédio com vinte e três pontos. Foi decretado

o DIS. Antes do final do ano, havia uma probabilidade de ele entrar no FUNDURB, para a compra dele, para desapropriação dele, mas não sei o que aconteceu que ele não consta aqui. Houve uma reunião lá e nada foi oferecido pela prefeitura para atendimento dessas famílias, depois de tanta luta, depois de tantos anos, depois de tudo que pudemos fazer. Temos a papelada aqui de tudo que foi feito em relação à associação e agora corremos esse risco. **Sr. Fernando** – Desde o dia 1º

5 estamos investindo bastante no grupo de mediação de conflitos, tanto que, das cinco reintegrações de posse que tínhamos para ser realizadas nesses primeiros cinquenta e poucos dias que estamos aqui, só uma foi realizada, a de São Mateus, porque fomos avisados no dia anterior, às 11 horas da manhã, e os proprietários e a juíza, simplesmente, não quiseram fazer nenhum tipo de negociação. Então, das cinco que tínhamos até agora, conseguimos negociar quatro. Em alguns casos negociamos a aquisição da área pelos próprios moradores; em outro caso, prazo para que houvesse possibilidade de as famílias se retirarem

10 de maneira mais organizada, mais adequada, porque não se enquadravam no nosso critério de atendimento do Auxílio Aluguel. Referente ao Auxílio Aluguel, estamos com um problema orçamentário, além de questão de política mesmo de atendimento habitacional. Estamos gastando R\$154 milhões com o Auxílio Aluguel, que é um valor muito importante e relevante e estamos com um problema orçamentário. Temos R\$101 milhões para o orçamento deste ano, para Auxílio Aluguel, e temos R\$154 milhões comprometidos. Então, uma das medidas que a secretaria está adotando, não é que não vamos conceder o Auxílio Aluguel mais, mas estamos tentando restringir ao máximo. Estamos fazendo esse ajuste para poder adequar. **Sr. Edson** – Sobre a questão levantada pela Sra. Antônia, imediatamente, depois que saíram da nossa reunião, fui verificar. Liguei para a Ivanete e o celular dela estava fora do ar. Falei com a Heloísa: “Olha, o oficial de justiça passou lá dizendo que iria haver a reintegração, mas não havia data marcada”. Não há data marcada para a reintegração.

15 Estamos tentando entrar em ação agora para ver se ganhamos tempo. **Sra. Antônia** - Coloquei essa questão para todos porque há uma angústia muito grande e as famílias estão lá desesperadas porque não têm para onde ir e não foi oferecido nada, nem atendimento. E queria que o Sr. Fernando Chucre ficasse sabendo da situação. **Sr. Gilmar** - Quanto ao grupo de trabalho que a Sra. Antônia sugeriu, vamos depois sentar para instituí-lo, que é importantíssimo. **Sr. Edson** - Tanto o secretário, como eu, já recebemos todos os movimentos. Com todos os senhores que nos procuraram combinamos, linearmente, igual para todos: “Mandem todas as pendências, nos deem um tempo de uma semana, dez dias, para que possamos chamá-los de volta aqui”. Cada caso é um caso, cada caso tem sua especificidade, e é isso que iremos fazer. A Diretoria da COHAB já está toda debruçada em cima disso e a secretaria também. Há problemas, nas discussões que fizemos, que cabem exclusivamente à COHAB; há coisas que cabem exclusivamente à SEHAB; há coisas que cabem aos dois e há coisas que cabem à Caixa Econômica Federal. Então, temos que às vezes ter uma estratégia específica para cada um dos casos, para ver como equacionamos. **Sr. Rosalvo** - Temos que estabelecer políticas de habitação e essa política tem que ter uma condução. Não podemos ter, por exemplo, uma política estabelecida e aí quem invade um prédio ali ou invade um terreno lá mobiliza toda a equipe e passa na frente nos processos. Precisamos começar a separar movimentos que trabalham dentro de um programa de habitação respeitando o processo e aqueles que têm o esquema do passa na frente. **Sr. Fernando** - Os critérios serão obedecidos rigidamente, os critérios que todos aqui estabeleceram. **Sra. Carmen** - Não misturem os movimentos organizados, habilitados pelo Ministério das Cidades, com esses outros movimentos. Temos proposta inclusive para trabalhar junto com a gestão, fazendo gestão de prédios ocupados, de Locação Social. (Encerra-se a reunião).

20
25
30
35
